



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: GERAL A5
Data: 07/11/2012

OAB/SE cobra do STF julgamento contra a Fundação Hospitalar

Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados avalia ineficiência da gestão na saúde pública estadual



■ Maria Angélica: "a FHS foi esse monstro que o Estado criou e o Supremo Tribunal Federal até agora não julgou"

Após acompanhar a visita realizada à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) na noite da última segunda-feira, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Sergipe (OAB/SE) constatou que “a gestão na saúde pública no estado é ineficiente.

A Coordenadoria de Saúde recebeu o chamado do Ministério Público Estadual que fez uma visita à MNSL a convite do Conselho Regional de Medicina. “Fomos ao Conselho Regional de Medicina, Ministério Público e a OAB Sergipe, nós fomos lá porque havia uma denúncia de que não tinha luvas. Imagine uma unidade de saúde daquela natureza, na sala de cirurgia, só tinha cinco pares de luvas para passar uma noite”, pondera a coordenadora de Saúde Pública da CDH, Maria Angélica Rezende.

As entidades presentes na maternidade constataram diversas irregularidades: falta antibióticos, não tem sonda de aspiração para crianças, não há luvas estéreis. “Tenha paciência! Em uma unidade daquela, que atende pacientes de risco, faltar antibióticos, faltar materiais que são essenciais para se fazer uma assepsia?”, questionou a advogada Maria Angélica.

Segundo ela, a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, é especializada em partos de alto risco, a falta de medicamentos deste tipo cria um estado de vulnerabilidade para os pacientes, os quais correm o risco de infecção. “Se correm o risco de

infecção, as pessoas que estão ali, estão sendo enganadas, pois elas vão certas de que vão ter o melhor atendimento porque são pacientes especiais”, destaca a coordenadora de Saúde Pública.

• Gestão da Saúde Pública

De acordo com Maria Angélica, não se trata apenas de uma unidade de saúde isolada, em todas as unidades de atendimento médico públicas, no estado de Sergipe, faltam medicamentos. “A Fundação Hospitalar de Saúde, que foi guiada a resolver este tipo de problema, está devendo R\$300 mil só a uma distribuidora. O Estado, a essa mesma distribuidora, deve R\$ 600 mil”, enfatizou.

Maria Angélica afirmou também que existe a informação de que a distribuidora tem uma encomenda de 2,5 milhões de reais em medicamentos feita pelo Estado de Sergipe, mas não entregará a encomenda por causa da dívida de R\$900 mil.

Já existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que questiona as leis 6.346, 6.347 e 6.348, todas de 2008, de Sergipe. As normas autorizam a criação, pelo Executivo, da Fundação de Saúde “Parreiras Horta” (FSPH), da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e da Fundação Estadual de Saúde (FUNESA).

Segundo a Ação Direta de Inconstitucionalidade, essas leis ofendem os artigos 37, IX, XIX, e 39 da Constituição da



“MPE está com ações e esperamos solução para problemas”

Euza Missano |
Promotora de Justiça

República, pois possuem vício de inconstitucionalidade formal, uma vez que autorizaram a criação de fundações públicas sem que houvesse a prévia edição de lei complementar que definisse as suas áreas de atuação.

“Há 4 anos a ação não é julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Isso é uma coisa que precisa ser cobrada, temos que aproveitar a vinda dos Ministros à Sergipe para ver se agilizamos esse julgamento e o Estado volta a gerir a Saúde como é sua obrigação”, afirma Maria Angélica Rezende.

Ainda de acordo com Maria Angélica, um médico da maternidade, denunciou o risco que profissionais e pacientes estão correndo de contrair infecção hospitalar. “Funcionários estão trabalhando sem luva que é o básico para o atendimento. A qualquer momento alguém pode pegar uma doença. A maternidade está precária e é preciso uma gestão de qualidade urgente”, afirma, acrescentando que “a saúde pública hoje é um blefe”, completa.

• Fundação

A falta de médicos, equipamentos e de medicamentos não acontece apenas na MNSL, mas também nos hospitais públicos de Sergipe e principalmente no maior deles, o Hospital Governador João Alves Filho. Para Maria Angélica, a FHS foi esse monstro que o Estado criou e o Supremo Tribunal Federal até agora não julgou. Em sua opinião, “essa Fundação foi para o ralo, porque o dinheiro vem, mas ninguém sabe para onde vai”, criticou a advogada.

Quanto ao abastecimento em geral, o diretor administrativo e financeiro da Fundação Hospitalar de Saúde, Mário Ferreira, esclarece que “não estamos de braços cruzados. Encontramos uma dívida grande com fornecedores e alguns setores que beiravam o desabastecimento. Chamamos esses fornecedores, renegociamos a dívida e hoje trabalhamos com um percentual bem maior de cobertura, tanto do material médico-hospitalar, quanto nos medicamentos para garantir oferta dos itens”. O diretor afirma ainda que a Fundação enfrenta problemas no fornecimento, fruto desse processo de renegociação que demanda tempo para fornecedores, distribuidores e laboratórios regularizarem o atendimento. O governador Marcelo Déda fez

um alto investimento para construir e reformar uma das melhores infraestruturas de saúde do Brasil. Somos um dos Estados com maior volume de dinheiro aplicado na Saúde e precisamos do resultado desse investimento na assistência ao

usuário do SUS, esclarece a nota enviada pela assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Saúde.

• Situação

A precariedade constatada pelas representantes é confirmada pelos profissionais que atuam na maternidade. Segundo uma enfermeira que preferiu não se identificar, funcionários trabalham sem luvas diariamente. “A situação é bastante difícil. Falta material mesmo e tocamos nos pacientes sem luvas. Além disso, falta medicamentos”, afirma.

Claro que, com tantos problemas, os pacientes acabam sendo os mais afetados. De acordo com Maria Oliveira,

dona de casa, sua irmã está internada na maternidade e já deixou de ser medicada porque faltava remédio. “Ela precisou tomar uma medicação, mas não tinha. A gente merece um atendimento ruim como esse?” questiona.

Após a visita, de acordo com a promotora de Justiça Euza Missano, foi feito um relatório que será encaminhado ao Poder Judiciário para que as providências sejam tomadas. “Vimos que não há superlotação, mas constatamos uma carência em materiais e medicações. O MPE já está com ações e esperamos uma solução para esses problemas”, declara a promotora da Saúde do Ministério Público Estadual.